



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS/CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS
SEPN, Quadra 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 3105-2076 / 2078; Fax: (61) 3105-2081
E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Ofício nº 14/2008/CTIL/CNRH/MMA

Brasília, 29 de maio de 2008

A Sua Senhoria o Senhor
SIDNEI GUSMÃO AGRA

Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

Assunto: **Resposta ao Ofício n.º 02/2008/CTPNRH/CNRH/MMA.**

Senhor Presidente,

1. Informamos-lhe que a proposta de resolução que *“altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999”*, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, por meio do Ofício n.º 02/2008/CTPNRH/CNRH/MMA, foi objeto de análise durante a 100ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL.
2. Durante a análise, a CTIL acordou pela adequação da matéria, conforme documento “Justificativa para retorno da proposta de resolução que amplia as competências da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos” (Anexo 1).
3. Ademais, é oportuno fazermos os seguintes registros: i) alguns membros da CTIL indagaram se a CTPNRH entendia que deveria ser ouvida nos casos de propostas que estabeleçam diretrizes ou conteúdos adicionais a Planos. Se sim, esta competência não estaria clara em nenhuma das alíneas propostas; ii) a pedido do Sr. João Clímaco (ONGs), foi solicitado que a CTPNRH discutisse a viabilidade e necessidade de inclusão do termo “informação” na *alínea c*, após a expressão “processo de elaboração”; e iii) a pedido do Sr. Luis Vinícius Costa (CERH-BA/CE), que não se sentiu contemplado com a inclusão na *alínea b* do acompanhamento e relato “dos planos setoriais que possuam interface com a Política Nacional de Recursos Hídricos”, foi solicitado que a CTPNRH avaliasse a necessidade de explicitar como competência da CTPNRH a integração com ZEE, SNUC, Agenda 21, SISNAMA, SINGREH, ordenamentos territoriais, manejos, entre outros; lembrando que o inciso I do art. 35 da Lei nº 9.433/97 já estabelece como competência do CNRH “promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com o planejamento nacional, regional, estaduais e dos setores usuários”.
4. Como o entendimento foi de que as adequações promovidas pela CTIL alteram o mérito da proposta original, submetemos as mesmas para considerações da CTPNRH.

Atenciosamente,

MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA
Presidente da CTIL